RECENSÕES

Recensão (muito) crítica à reedição de **O Homem Primitivo** de LOUIS FIGUIER.

Fora do que é comum neste tipo de apontamentos, não será o corpo da obra ora reeditada o alvo central da nossa apreciação. Isto porque, não sendo propriamente um clássico, o livro de Louis Figuier, um divulgador que não um especialista, foi escrito no último quartel do século passado, sem qualquer tipo de investigação própria, limitando-se a compilar algumas obras básicas dessa época (infelizmente nem todas) e a expor as ideias de alguns autores então em voga. Assim sendo, não se tratando, como foi dito, de uma obra marcante, de mais a mais numa área de conhecimento em constante desenvolvimento graças a quotidianas pesquisas arqueológicas, terá de se encarar esta reedição como destinada apenas aos bibliófilos e, talvez, aos historiadores da Arqueologia e da Pré-História.

O que se quer pôr em causa nesta republicação é, por um lado, o critério de selecção, por outro, a «qualidade» e a «quantidade» do trabalho de «revisão», «prefácio» e «anotações».

No tocante ao primeiro aspecto, é muito questionável a escolha desta obra. Sendo Portugal um país que necessita urgentemente de boas traduções actuais neste domínio e onde o poder de compra cada vez mais se degrada, é bizarro que se tenha optado por reeditar um livro cuja primeira tradução portuguesa data de há mais de *cem* anos, encadernando-a em sintético, com «ferros» dourados e apondo-lhe o restritivo preço de 1 200$00. (Como nota de curiosidade refira-se que o autor destas linhas comprou num alfarrabista, ainda não há um ano, a primeira edição portuguesa de 1883 por 200$00). De mais a mais, repete-se, não se trata de obra essencial, mormente no que respeita a Portugal, pois as referências ao nosso país são inexistentes.

Também no que toca à qualidade gráfica este trabalho deixa a desejar. O processo utilizado na reprodução das gravuras fez com que estas perdessem muita da sua admirável qualidade original, na tradição dos óptimos gravadores do séc. XIX. A título de exemplo cita-se o caso das imagens das páginas 35, 42, 43 e 396, algumas delas quase irreconhecíveis.

Quanto ao segundo aspecto, a tarefa levada a cabo pela responsável (?) da reedição salda-se por um rotundo fracasso.

Comecemos... pelo princípio.

Parece-nos muito estranho que na página que antecede o rosto, em vez de uma breve resenha biográfica do autor ou da sua bibliografia, surja... a bibliografia da «prefaciadora» e «anotadora». E que bibliografia! Não nos referimos, como é óbvio, à qualidade (essa ficará para outra oportunidade), mas à forma como é apresentada. Sem qualquer respeito pelas regras internacionais, não indica, no mais das vezes, nem local de edição, nem editora, nem data, não destaca os títulos com o clássico *itálico*, deixa passar erros tipográficos como o da publicação portuense LYCERVA, que cremos ser a saudosa LUCERNA.

No rosto, tal como na bibliografia, nem local de edição, nem data, nem a referência ao facto de se tratar de uma segunda edição. Igualmente não descortinámos a menção ao título original, ao primeiro tradutor, etc., etc.

O prefácio da «anotadora» é perfeitamente primário. Não apresenta nenhuma justificação válida para a reedição, não estabelece regras de transcrição e de actualização da grafia, refere de forma mais que ligeira os «inspiradores» de Figuier, faz uma brevíssima resenha dos estudos de paleoantropologia, esquecendo-se, afinal, de «actualizar» a obra. Curiosamente a «prefaciadora» termina com uma citação do tradutor da primeira edição portuguesa em que esta afirma que (em 1883) o «Homem Primitivo» era inquestionavelmente um livro para todos. Pergunta-se: hoje, com as pobres roupagens com que o vestiram e o preço com que o colocaram no mercado, aquela afirmação ainda se manterá válida?

Entremos, de seguida, na análise do texto e nas «anotações». Estranhamente foi suprimido o curioso prefácio do tradutor da 1.ª edição que, afinal, situava esta obra na sua época. Depois, pasme-se, a «anotadora» eliminou todas as notas de pé de página em que Figuier citava livros utilizados e autores seguidos.

Chegados à página 42, pudemos apreciar o trabalho de «anotação». Resume-se ele a uma síntese muito breve (tão breve quanto dispensável) do conteúdo de cada capítulo, isto depois de o autor ter já apresentado um sumário, e, de vez em quando, a «conselhos bibliográficos» que adiante se comentarão.

Já no final da obra, verificámos a supressão quer do índice de estampas quer da errata. Se no primeiro caso a omissão é discutível, no segundo chega-se ao ridículo de suprimir a errata sem ter corrigido os erros nela apontados.

Deixando de lado os aspectos «gerais», aqui vão alguns reparos que, sendo pontuais, não são por isso menos importantes e que, ao fim e ao cabo, espelham o «nível» do trabalho.

A referência à obra de M. Boule, na página 79 (repetida posteriormente), parece-nos desactualizada. Sem lhe tirar o mérito, seria preferível, quanto a nós, consultar Jean Chaline, *L'évolution biologique humaine*, Paris, P.U.F., 1982,; E. Genet-Varcin, *Les Hommes Fossiles*, Paris, Ed. Boubée, 1979 ou Jean Piveteau, *Origine et destinée de l'homme*, Paris, Masson & C.ie, 1973.

Na página 131, ao aconselhar a leitura de obras de síntese sobre a arte ruprestre, esquece-se do importante estudo de Anette Laming-Emperaire, *La signification de l'art rupestre paléolithique*, Paris, A. & J. Picard, 1962.

Na página 205, ao falar dos concheiros do Vale do Tejo, «omite» alguns trabalhos de consulta obrigatória, da autoria de Jean Roche, nomeadamente o conhecido (e de indispensável leitura) *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião, Muge, Portugal*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972. Ficámos com a impressão de que esta «omissão» se deve ao facto de se tratar de trabalhos individuais, sem a colaboração do pai da «anotadora».

Na página 233, as legendas das estampas estão trocadas.

As gravuras 159 e 169 estão claramente invertidas!!!

Na página 355 a «anotadora» esqueceu-se de referir, entre outros, e no tocante a Portugal, o trabalho de Philine Kalb, *O Bronze Atlântico em Portugal* in «Actas do I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», Vol. I, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1980, págs. 113 a 120.

Na página 367 volta a citar O. da Veiga Ferreira, omitindo outros trabalhos feitos em Portugal com tanto ou mais mérito.

No tocante à cronologia a «prefaciadora» amputou-a, como atrás foi referido.

Para terminar, refira-se a má revisão efectuada, que deixou passar erros tais como archeulense (pág. 47), estatigrafia (pág. 67), habiatat (pág. 205), espólido (pág. 338), isto

para não falar já nas imprecisões gramaticais e na pouca capacidade de expressão da «revisora».

Enfim, revisão péssima, prefácio inócuo, notas... nem falar.

Assim vai a política editorial em Portugal.

José Augusto Maia Marques

FICHA BIBLIOGRÁFICA
Louis Figuier,
O Homem Primitivo, 2.ª edição portuguesa,
Revisão, prefácio e notas de Seomara da Veiga Ferreira,
[Lisboa], SOPCUL, [1984].
440 páginas, ilustrado. Encadernado em sintético.
Preço de venda — 1 200$00.

La Fin des Temps — Terreurs et prophéties au Moyen Âge. Préface de Georges Duby, traduction et postface de Claude Carozzi e Huguette Taviani-Carozzi, [Paris], Stock, 1982.

A antologia de textos de que me proponho dar breve notícia é parte da série «Moyen Âge», da Stock, que nos ofereceu já excelentes edições (Mélusine, de Jean d'Arras; Bestiaires du Moyen Âge; Le Roman de Renart, etc.).

Penso que se confunde muitas vezes publicação com acessibilidade. Ora o facto de um determinado texto estar já impresso, por exemplo nos «Portugaliae Monumenta Historica», ou nos «Monumenta Henricina», não significa que ele esteja ao alcance fácil de potenciais investigadores. Poucas instituições dispõem dessas colectâneas documentais, e depois há que observar horários e condições de leitura nem sempre práticos. A divulgação de textos ou documentos mais significativos em edições acessíveis (de pequeno formato, baratas e graficamente atraentes) pode constituir uma boa ajuda ao desenvolvimento da investigação em história. Entre nós, e no que respeita à Idade Média, tivemos exemplos recentes com a edição do «Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte» (por A. H. de Oliveira Marques e João Alves Dias), ou das narrativas extraídas dos Livros de Linhagens (por José Mattoso). Queria destacar no entanto a «Antologia de Textos Históricos Medievais»,de Fernanda Espinosa (Lisboa, Sá da Costa, 3.ª ed. de 1981): com uma selecção de excertos variada e equilibrada, uma tradução rigorosa e os comentários introdutórios suficientes, este trabalho pode ser um precioso auxiliar na docência de temas medievais.

Os autores da colectânea da Stock «recuperaram» e traduziram partes de conhecidos conjuntos documentais: Monumenta Germaniae Historica, Acta Sanctorum, etc. São nove textos que vão desde o séc. IV (o oráculo da Sibila Tiburtina foi escrito, no séc. XI, a partir de um original sírio daquela centúria) ao XIV: em 1316, o inquisidor Bernard Gui escreve sobre os «hereges» Gerardo Segarelli e Fra Dolcino de Novara.

Cinco escassas páginas bastam a Duby para nos dar um prefácio estimulante: fala-nos do mito do paraíso perdido, da atitude de espera na cristandade medieval, da sensação de uma terra corrupta e envelhecida e da ansiedade em obter uma resposta entre todas: o fim do mundo, para quando? Lugar aos sábios, que se extenuam em estudos e meditações em torno de números simbólicos e expressões herméticas que polvilham os Livros da Escritura. Esses homens, diz o autor, «...inventam a cronologia do futuro». Como se sabe, é de uma interpretação do Apocalipse de S. João que decorre a crença no «millenium», um reinado de Cristo na terra, durante mil anos, precedendo o Juízo Final, e reservado aos eleitos.

Se «...os homens sonham o futuro como podem» (p. 4), o milenarismo foi, na Idade Média, a mais sugestiva das utopias, ou, para retomar Duby, «...a ideologia dos pobres, dos que estavam constrangidos pelas pressões sociais, dos criados explorados pelos senhores, dos iletrados desprezados pelos sábios, dos jovens dominados pelos velhos, das mulheres submetidas ao poder masculino».

Este sonho que colocava o paraíso na terra, em tempos que estavam para vir, e que, se interpretado de determinada maneira, encorajava os homens a precipitar tal ocorrência, foi um verdadeiro pesadelo para a Igreja, que o combateu com as armas do dogma e as do século (foram quase sempre os bispos que, pelo fogo ou pela espada, puseram fim aos movimentos mais espectaculares). Veja-se, a este propósito, um trabalho que se recusa a envelhecer: *The Pursuit of the Millenium — Revolutionary Millenarians and Mystical Anarchists of the Middle Ages*, de Norman Cohn (1.ª ed. de 1957), recentemente traduzido em português.

A escolha de textos da antologia em apreço é naturalmente desigual e discutível (de qual não se pode dizer o mesmo?): Joaquim de Flora absorve mais de um terço das 150 páginas, a ligação de um ou outro excerto com o título da colectânea nem sempre resulta evidente. Mas a selecção, além de cronologicamente extensa, cobre uma tipologia variada: movimentos classificados como heréticos, elaborações teológicas, descrições do fim dos tempos e do Anti-Cristo, pregações de Cruzada, oráculos antigos, etc. Para lá da excepção do de Joaquim de Flora, todos os textos são curtos e estão devidamente comentados, no Posfácio, pelos responsáveis pela edição. Não vou aqui resumir esses comentários, mas apenas acrescentar uma ou outra observação.

Os textos escatológicos medievais valem, para além do mais, pela riqueza das suas imagens, de resto na linha dos Livros dos Profetas. Escolhendo um exemplo, o Juízo Final estará iminente, avisa-nos a Sibila Tiburtina, quando se vir «...a terra inundada em suor». Há ainda estereótipos reveladores: em quase todos os textos apocalípticos, mesmo já perto do Ano Mil, se afirma que o castigo virá através dos «homens do Norte» (que mais tarde seriam substituídos pelos «homens do Oriente»), e a salvação será personificada por um «rei dos Romanos», ou um «rei dos Gregos e dos Romanos»; o Anti-Cristo nascerá na cidade da Babilónia.

E a data do Juízo Final? No séc. X, a resposta da Igreja já é segura. Em 953-954, um homem da cúpula, Adson, abade de Montier-en-Der, repete a opinião de Santo Agostinho: só Deus conhece o momento da Ressurreição, e é estulta a pretensão humana de o adivinhar.

A pregação da I Cruzada, pelo papa Urbano II, no concílio de Clermont, apenas nos chegou por testemunhos indirectos: um dos mais credíveis é o de Guibert, abade de Nogent, amigo pessoal do pontífice, gregoriano como ele. Para atrair cavaleiros à peregrinação armada Urbano II começa por alinhar argumentos religiosos (as Escrituras anunciam o aparecimento do Anti-Cristo no Oriente, onde molestará os cristãos; ora no Oriente quase não há cristãos; é pois preciso que a Cruzada modifique essa situação para que a profecia se possa cumprir), e depois pinta um quadro expressivo dos tormentos a que os muçulmanos sujeitam os peregrinos — ricos e pobres — que demandam Jerusalém. A selecção deste texto justifica-se porque o papa vê na Cruzada uma dimensão escatológica: a Igreja estava a tentar curar as suas lepras; era a vez de outro grupo social «impuro», o dos «bellatores», resgatar os seus pecados.

Os testemunhos de figuras ou de movimentos religiosos que se colocaram à margem do aparelho da Igreja (e geralmente contra ele) constituem das páginas mais fascinantes desta obra. E podemos dizer que quase sempre a história se repete: são homens vulgares, cuja vida conhece subitamente uma ruptura brutal (como aquele Anti-Cristo da Gália merovíngia, descrito por Gregório de Tours, que quando cortava lenha na floresta foi atacado

por Satanás sob a forma de um enxame de moscas), que entram então num recolhimento eremítico onde enriquecem o conteúdo da Revelação, e que finalmente aparecem a público para pregar o fim dos tempos. Quase todos são contundentes nas referências ao clero. Uns afirmam que os sacramentos administrados por padres impuros não têm qualquer eficácia — as ideias de Donato continuam vivas muitos séculos após a sua morte? Mais provavelmente, «as mesmas causas..., etc.».

Fra Dolcino, que Umberto Eco recentemente celebrizou, vai ao ponto de prever uma morte violenta para todos os eclesiásticos (embora sem ter incitado à violência, como concluem viciosamente os inquisidores).

Atrás destes visionários, geralmente acompanhados por uma personagem feminina (que podem ou não apresentar como sendo a Virgem Maria), marcham verdadeiras multidões, impossíveis de quantificar, que incluem padres e, significativamente, muitas mulheres. Perturbados, os clérigos precisam de arrumar nos seus quadros mentais estas manifestações que se reclamam do mais puro cristianismo, e que pretendem copiar o modo de vida apostólico (reacção purificadora que nos aparece regularmente ao longo da história de todas as religiões). A primeira «démarche» é etiquetá-las como «heréticas», depois conotá-las com o diabo; e então desfiar contra elas um rosário de acusações estereotipadas, algumas das quais extraídas da panóplia de libelos que o paganismo antigo utilizara contra o cristianismo nascente (e, atrever-me-ia a dizer, que fazem parte da história das grandes controvérsias humanas em todos os tempos): a corrupção de mulheres casadas, as orgias, o sacrifício de menores, o apelo à violência, etc. Note-se que muitas destas suspeitas se ancoravam em práticas reais: alguns destes grupos praticavam de facto uniões livres e celebravam faustosos banquetes, como símbolo de um mundo paradisíaco que o milenarismo anuncia.

E não esqueçamos que é sempre através de um clero profundamente hostil que nos chegam estas «heresias» — portanto deturpadas e truncadas até à caricatura.

No Posfácio fazem-se alguns comentários a ter em conta. Vejamos alguns: é bem possível que muitos movimentos misturem a religião cristã com outras crenças mais antigas, e conservadas nos campos; curiosamente, bispos e inquisidores acreditam nos poderes sobrenaturais destes «hereges», e reproduzem os seus milagres (apenas os atribuem ao Diabo); sobretudo, e ao contrário do que tantas vezes se afirma de forma simplista, é errado pensar que se tratava de meras ebulições populares de homens analfabetos, que se opunham às herméticas construções dogmáticas da Igreja. À frente delas estão frequentemente homens cultos, padres, monges, notários. Quando confrontados com os interrogatórios cerrados dos inquisidores, muitos destes «profetas» dão prova de uma excelente preparação teológica e de uma ferramenta mental tão aperfeiçoada como a dos seus juízes.

Referências obrigatórias, sobre estes problemas, são sem dúvida o Colóquio de Royaumont «Hérésies et sociétés dans l'Europe pré-industrielle — XIe-XVIIIe siècles», apresentado por Jacques Le Goff (Paris, Mouton, 1968), e de um modo geral os trabalhos de E. Delaruelle, de Gabriel Le Bras e de Raoul Manselli. Deste último destacaria, por preferência pessoal, *La Religion Populaire au Moyen Âge. Problèmes de méthode et d'histoire* (Montréal, Conférences Albert-le-Grand de 1973, 1975). Como se sabe, este assunto está em fase de profunda revisão: as ideias tradicionais são postas em causa, por exemplo, por J.-C. Schmitt, que no artigo «Religion Populaire et culture folklorique» (*Annales E.S.C.*, t. XXXI, Set.-Out. 1976), começa por não aceitar o conceito de «religião popular». As mesmas reticências foram aliás expressas, quase por consenso, pelos participantes no «Seminário sobre religiosidade popular», que decorreu no Porto, em 30 de Set. e 1 de Out. de 1983.

Passei quase sem referência o texto de Joaquim de Flora, demasiado rico para uma abordagem sumária. Este eremita da Calábria do séc. XII, que acabou por ingressar na Ordem de Cister, conseguiu uma síntese entre duas correntes antigas que se opunham.

Citando Claude e Huguette Carozzi, «...uma, pessimista e monástica, julgava impossível uma realização terrestre da paz, e aspirava apenas ao Juízo Final que transformaria a Igreja numa sociedade puramente celeste. Era o discurso dominante. A outra, milenarista, à procura de um tempo de felicidade terrena, permanecia subterrânea, aparecendo apenas através de acessos de febre colectivos e brutais» (p. 312). Joaquim de Flora, mantendo um respeito rigoroso pela hierarquia da Igreja, leva a cabo uma exegese bíblica «sui generis», baseada mais em intuições, em «revelações», do que em análise de textos. Nessa exegese transparece um milenarismo muito filtrado, muito espiritualizado, um paraíso que é uma sociedade monástica perfeita e não uma terra de abundância material e prazer físico. Um «millenium» domesticado, dirá Duby. Herança a ser aproveitada, em tempo oportuno, pelos franciscanos.

Luís Miguel Duarte

Poesia Grega Arcaica. Antologia organizada por Maria Helena da Rocha Pereira. Instituto de Estudos Clássicos, Universidade de Coimbra, 1980, 111 pp.

No momento em que o ensino das línguas clássicas em Portugal corre o risco de sofrer um atrofiamento ainda maior com a ameaça do desaparecimento do grego do curso liceal, não pode silenciar-se um evento que atesta a inconveniência de uma tal orientação pedagógica.

É de justiça referir que a Filologia Clássica tem prestado um elevado serviço à dignificação e projecção da Cultura e da Investigação portuguesas, sobretudo numa Europa que se pauta por critérios de tradicional exigência nos domínios universitário, científico e cultural. Nestes tempos em que Portugal, integrado datalmente nesse vasto movimento histórico que será a evolução da Península ibérica nos últimos decénios do século XX, tem de marcar, até pela imposição, um lugar no campo da ciência e da cultura europeias, há absoluta necessidade de valorizar o que de qualidade é capaz de nos fazer aceitar aos outros, incluindo os meios científicos internacionais.

Estas palavras vêm a propósito de um volume acabado de publicar pela Prof.ª Maria Helena da Rocha Pereira, intitulado *Poesia Grega Arcaica*. Se a sociedade portuguesa estivesse um pouco mais habituada a contactar, mesmo em termos de divulgação, com a actualidade científica, talvez pudesse avaliar melhor do que representa este livro não só no campo da actividade científica, mas também no da história da cultura portuguesa. O ensino do grego acompanha, de há muito, a história dessa cultura e em particular a da própria Universidade. Não é este o local para enunciar os mais importantes momentos dessa história, com a referência a dados curiosos sobre o papel desempenhado por portugueses na evolução dos estudos clássicos desde o humanismo do Renascimento. Como já foi justamente sublinhado no «Colloque international sur l'Humanisme portugais», realizado em Julho de 1978 no Centre des Études Supérieures de la Renaissance de Tours, o material acumulado nas bibliotecas e arquivos nacionais relativo ao grego em Portugal é imenso e susceptível de fornecer preciosos elementos para a história cultural deste país, que tem de valorizar o que ainda guarda do seu passado se quer resistir com independência à agressividade de outras sociedades que, de há muito, souberam estudar-se a si mesmas e impor aos outros os métodos e conclusões que tiraram sobre si próprias. Ora a história cultural portuguesa até ao séc. XVIII não se faz, em termos de dignidade científica compatível com a instituição universitária, sem a preparação linguística e cultural fornecida pelos estudos clássicos, pois não havia ramo do saber que a eles não se reportasse, de uma maneira ou de outra.

Infelizmente entre nós é limitado o conhecimento da cultura clássica, fora dos cursos universitários. Nada há que se compare com a influência exercida pelas traduções de obras antigas que, sobretudo nos países anglo-saxónicos, nunca faltam nas grandes colecções de livros de bolso. Daí que, talvez, esta antologia de poesia grega acabe por dizer mais a públicos estrangeiros do que a portugueses. Mas nem por isso a Autora entendeu que devia deixar incompleta a terefa que nascera outrora com *Hélade*, essa antologia que, desde 1959, vinha divulgando entre nós textos de autores antigos em cuidadas traduções. De facto, a presente antologia é como que o complemento da *Hélade*. Esta nascera da necessidade de oferecer aos estudantes de História da Cultura Clássica das Faculdades de Letras o acesso cómodo aos textos mais significativos para esse estudo; por seu turno, a antologia que agora sai a público destina-se, ela também, ao «uso dos estudantes desse período da literatura grega», oferecendo-lhes «um conjunto de textos, dos mais belos e significativos, numa edição acessível». E o leitor facilmente verifica o paralelismo entre as duas antologias, onde textos, quando coincidem, têm os mesmos títulos.

Pela primeira vez, portanto, o público português pode contactar facilmente com trechos da antiga poesia grega, em versões fixadas por critérios de rigor filológico e textual. Por isso mesmo se lamentará, com a Autora, que os motivos de ordem material não tenham permitido a introdução de aparato crítico, que indicasse, para além dos delicados problemas textuais que esta poesia levanta, os passos onde interveio com propostas enriquecedoras. Fica, é certo, preservada a liberdade do comentador, mas não deixa de ser também legítimo desejar que um dia a Autora encontre estímulos e condições materiais para completar esta antologia, quando o público solicitar, ao menos, algo como a *Lyrica Graeca Selecta* oxoniense.

Através desta antologia de *Poesia Grega Arcaica* da Prof.ª Rocha Pereira, a literatura grega antiga surge ao leitor moderno como uma poesia onde ele encontra facilmente ecos da sua própria sensibilidade, desde o sentimento comunitário que acciona o canto de Álcman até à ironia, também tão moderna, de Arquíloco frente ao espírito guerreiro e heróico, desde a imagem, tão ao modo de Apollinaire, da vida humana comparada com as folhas caducas em Mimnermo, até à evocação romântica do entardecer em Safo, desde o cântico laudatório da divindade, de sabor arcaizante. como esse *Hino a Apolo* que abre a colectânea, desde a poesia «utilitária» de Hesíodo até ao poema de circunstância, do tipo de tanta poesia palaciana europeia posterior, ou até à meditação ética, filosófica e estética.

A presente antologia dá relevo especial à lírica, coral ou monódica, cujo contexto era muito distinto daquele que hoje envolve a leitura da poesia lírica. O seu lugar era, preferentemente, a praça pública ou o banquete, algo bem diferente da leitura individual e silenciosa de hoje. Vários extractos aqui coligidos exemplificam bem essa lírica na sua manifestação coral ou monódica. Mas Píndaro, principalmente, aparece com um lugar de destaque na extensão das páginas que lhe cabem, mercê da transcrição das duas célebres odes, a *I Olímpica* e a *I Pítica*. Reconhece-se, assim, a importância deste poeta, não propriamente porque ele tenha sido um autor de inovação ideológica, pois que o seu mundo é o dos círculos aristocráticos tradicionais, mas porque foi poeta nessa acepção de inventor-criador-artista do texto poético, representante do alto conceito de Poesia que vigorou entre os Antigos e, mais tarde, entre os Renascentistas, como ciência das ciências, isto é como ciência da palavra. Ronsard testemunha bem como a influência de Píndaro na arte poética renascentista, evidentemente de carácter erudito, foi grande.

Aspecto curioso e assinalável, na *Poesia Grega Arcaica* apresentada pela Prof.ª Rocha Pereira, é a frequência com que documenta definições de *poeta* e da sua arte; raro é o autor de quem não exista um trecho sobre o conceito de poesia, desde o extenso «proémio» da *Teogonia* de Hesíodo, em que as Musas surgem como garantes e inspiradoreas da «verdade»

poética, até à afirmação de Sólon, de que os poetas (isto é, os aedos) mentem muito — e atente-se na antiguidade da discussão entre *pseudos* e *aletheia* — ou até Píndaro, de quem dois trechos sublinham quer a concepção da arte poética como caracterizada pela capacidade de, à maneira da abelha, recolher elementos de variadas histórias (ou discursos), quer a noção da intimidade estrutural e essencial da arte da palavra *(eulogía)* com a da música *(phórmiggi)*, para criar o discurso *(rhêma)* capaz de resistir ao tempo. Estamos perante concepções diversas de poesia, que são o fundamento das noções que se veicularão para a cultura europeia através dos grandes doutrinadores clássicos. Mas note-se a insistência na ideia de poema como coisa feita, modelada ou confeccionada por alguém que é perito na arte da criação da palavra (o *poiêtés*), dentro de uma acepção que o latim traduzirá um pouco através de *fingere*. E, de facto, «o poeta é um fingidor», definição que um grego do período arcaico facilmente aceitaria, desde que não o obrigassem a subscrever a pergunta-resposta de Bachelard: «Qu'est-ce qu'un beau poème sinon une folie retouchée?». Em campo bem diferente deste conceito tão herdeiro da visão romântica anterior, para o grego de então o poema é coisa feita e, como tal, coisa valiosa, porque resultante de uma arte, de uma perícia, de um saber, como o patenteia Teógnis de Mégara, na passagem do séc. VI para o V, em fragmento célebre agora também publicado.

O volume é, pois, destinado directamente a um público especializado, que dispõe da bibliografia actualizada existente em locais como o Instituto de Estudo Clássicos da Faculdade de Letras de Coimbra e que, por isso mesmo, pode mais facilmente avaliar dos critérios seguidos pela Autora na fixação do texto, domínio que também não deixará de evidenciar a importância e o contributo desta edição. De facto, a fixação do texto dos líricos — sobretudo destes — gregos reveste-se de enorme delicadeza, tendo presentes as condições da sua transmissão. Os achados arqueológicos revolucionaram, desde finais do século anterior, em muitos casos o conhecimento desta literatura; mas, como o próprio leitor pode verificar ao longo das páginas, as dúvidas e as lacunas são imensas. Daí a necessidade de se proceder a reconstituições filológicas e de exegese textual, tarefa a que a Autora confessadamente se votou, orientando-se pelas mais recentes propostas de leitura.

O volume encerra com dois apêndices, que representam, em relação à *Hélade*, uma inovação: um respeitante a canções populares, conservadas ao sabor do acaso da transmissão textual, e um outro contendo alguns «Anacreontea», poemas de que alguns se tornaram responsáveis pela imagem de Anacreonte como poeta «inter pocula» e amaneirado, que Castilho também «traduziu», chamando-lhe «este bom Anacreonte, este sympathico Lafontaine dos Gregos»...

Poesia Grega Arcaica constitui, por conseguinte, uma colectânea cujos trechos mais recentes remontam ao séc. V a. C.; poesia variada nas formas, nos temas, na sensibilidade estética; mas poesia em que, quase sempre, se dá conta da presença dos deuses, como nesse sugestivo fragmento sáfico intitulado «Um jardim», de que na *Hélade* aparecera já traduzida a segunda estrofe, e no qual Vénus Cípria, com o seu séquito, convida às libações sagradas, numa paisagem sugestivamente fecunda.

Se comentário final se exigisse, deveria consistir em acentuar como esta antologia poética representa um momento importante na história dos Estudos Clássicos em Portugal, revelador, com os que ali têm vindo a ser desenvolvidos sobre o Renascimento português, da fecundidade do trabalho realizado no Instituto de Estudos Clásiscos de Coimbra. Com uma capa que, na sobriedade habitual do seu Autor, reproduz um vaso grego cuja figura nos sugere logo a natureza da arte poética através da representação de um Alceu que canta perante uma Safo agradavelmente atenta, de acordo com a lenda amorosa que envolveu os dois poetas, o presente volume assume, ele também, a função, quase, de um símbolo: o de que ao Poeta cabe ser o intérprete da palavra da Musa, como se lê no último fragmento

de Píndaro aqui transcrito. O poeta decifra e publica a palavra divina, dirigida ao futuro: a *prophêteia*. Uma longa história da concepção da Poesia se anuncia, dentro de uma filosofia da Literatura que, através de Platão, chegará ao Renascimento e aos nossos dias. Oxalá que também este livro profetizasse um futuro digno para a atenção que, da parte das autoridades ministeriais, deverão merecer os estudos clássicos em Portugal.

Jorge Alves Osório

GARCIA DE CORTAZAR Y RUIZ DE AGUIRRE, Jose Angel — *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983 (Col. «Imprensa Universitária», n.º 30), [176 pp.].

Constitui a História Rural um dos temas centrais da actual investigação histórica a nível europeu, e no período Medieval ela assume um particular relevo, na medida em que a sociedade que nos surge neste momento se revela eminentemente rural. Escusado será, mais uma vez, realçar a necessidade do estudo das estruturas agrárias antigas no sentido de tentar compreender uma boa porção da realidade presente.

Se esta dedução é válida para toda a Península Ibérica, é-o particularmente no caso português, onde o peso de uma ancestral ruralidade parece, ainda hoje — apesar do silêncio que normalmente a envolve e a pouca importância que na verdade lhe é atribuída —, pautar e comprometer grande parte do devir nacional.

A edição portuguesa de um livro, contendo dois trabalhos de carácter teórico e metodológico, do historiador hispânico Garcia de Cortazar, sobre a história rural medieval vem, de certa forma, aclarar as constatações feitas anteriormente.

Sabem todos aqueles que se debruçam sobre a História Medieval, quão difícil é o estudo da documentação deste período. Às dificuldades da leitura juntam-se as de compreensão do conteúdo dos textos, as de localização dos topónimos referidos e ainda a escassez ou dispersão, no espaço e no tempo, dos manuscritos. Uma vez tudo isto superado (normalmente de forma parcelar), como abordar o «corpus» documental reunido? São, invariavelmente, as questões de carácter metodológico que primeiro e principalmente se colocam ao investigador no momento da análise. A isto mesmo pretende o presente livro dar uma resposta, não definitiva e absoluta, mas antes capaz de gerar novas questões e, de algum modo, proporcionar um ponto de partida para a investigação.

O primeiro estudo da edição portuguesa é constituído pela comunicação apresentada pelo autor às «I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas» que decorreram em Santiago de Compostela de 24 a 27 de Abril de 1973. Propõe-nos Cortazar, como ele próprio refere e fruto da amplitude do tema, uma definição imediata do conteúdo: «Trata-se, de acordo com o objectivo estrito das 'Jornadas', de proporcionar um marco de referências concretas à reflexão e à análise investigadora da economia rural. Este marco, apto a estruturar as orientações metodológicas, é a região» (p. 13).

Definido o tema, ou melhor, a unidade à volta da qual girará a investigação, são-nos apresentadas três questões de carácter geral, as quais, segundo o autor, não deverão ser ignoradas pelos investigadores desta área, e que constituem as traves mestras deste inquérito:

«1) A evolução da paisagem agrária nesse mesmo marco de referência.
2) A distribuição do poder e as alterações que na mesma se produzem, sobretudo em relação às formas de exploração da terra.
3) O mecanismo de criação de rendas e, se o há, de transferência das mesmas para outros sectores da economia regional ou extra-regional» (p. 14).

Referindo-se a uma região teórica, situada nos reinos hispano-cristãos entre os séculos VIII e XV, o autor vai desenvolvendo estas três grandes questões, tentando matizar o mais possível as características específicas da hipotética região estudada. Deste modo vai-nos apresentando interpretações de carácter geral, já sugeridas por investigações anteriores e comummente aceites, relativas aos temas propostos pelas três questões e, em seguida, confronta-as com os factos que a investigação, sobre a região em causa, foi revelando. Deste constante e cerrado diálogo vai surgindo uma caracterização progressivamente mais objectiva da referida região. Isto é, se bem que subordinada a movimentos gerais cada região contém, obviamente, traços que a individualizam em relação a todas as outras; competirá ao historiador precisar e esclarecer as diferenças e semelhanças, nunca esquecendo a estrutura geral que a envolve. Sobre este ponto, no primeiro estudo da versão portuguesa e particularmente no segundo, desenvolve-se o problema da inserção da região no espaço mais vasto que a envolve, nomeadamente em relação aos laços de poder. Esta questão é capital no trabalho de Cortazar; alertar o investigador para a necessidade de esclarecer as relações de poder, de determinar quem detem, como obteve e como exerce o poder (ou poderes). A este problema está inerente um outro, o da criação e aumento das fontes de rendimento. A terceira interrogação que nos é proposta diz respeito, exactamente, ao mecanismo de criação de rendas e à sua possível transferência para outros sectores da economia regional ou extra-regional. Cite-se, como exemplo, a hipótese da transferência de rendas agrícolas para actividades comerciais (lembremo-nos da importância deste movimento em certas repúblicas italianas).

Eminentemente económico, o método proposto por Cortazar tem o mérito evidente de tentar descortinar a estrutura material de base que regia a vivência do homem rural no período em estudo, constituindo um sólido ponto de partida para o estudo da nossa própria História Rural. A sua validade advém de um perspicaz esquema de análise que nos apresenta um quadro perfeito da ruralidade medieval, realçando os seus principais intervenientes: a terra como pano de fundo e potencialidade, e os homens como produtores e consumidores inseridos num rígido sistema hierárquico.

No segundo estudo da versão portuguesa, constituído por um trabalho publicado pela Universidade de Santander em 1978, o âmbito da investigação é muito mais vasto. Se nas «Jornadas» de Santiago «surgiram dois elementos fundamentais: a economia e a evolução histórica, ambas projectadas, com insistência metodologicamente consciente, para as fronteiras teóricas de determinada região» (p. 53), «...agora, no fim destes cinco anos, volto com entusiasmo teórico à História rural da Idade Média, no intuito de aprofundar os diferentes componentes da mesma« (p. 54).

Sugere-nos, agora, Cortazar, um esquema de análise em que se entrelaçam vectores de diversa ordem através de uma relacionamento tão completo quanto possível buscando, deste modo, revelar a complexidade da estrutura agrária dos reinos hispano-cristãos. Para isso analisa e explora as hipóteses fornecidas por áreas do conhecimento como a Geografia, o Direito, a Tecnologia, a Demografia e a Sociologia. Subordinado a quatro grandes temas, alarga agora o inquérito a campos mais vastos que uma perspectiva exclusivamente económica deixara de lado no primeiro trabalho. Trata-se, em suma, de analisar a totalidade da estrutura que envolve o homem do campo, protagonista, por excelência, desta História. Entramos assim no tempo longo, no terreno da estrutura sem descuidar, contudo, o tempo conjuntural que a primeira análise privilegiava.

Os quatro grandes temas analisados revelam a constante preocupação do autor em colocar os homens no centro da análise; são eles: «A ocupação do espaço» (isto é a «conversão do espaço geológico em espaço geográfico»), «A exploração do espaço ocupado», a «Regulamentação do poder de dispor do espaço ocupado e, por extensão, dos homens

nele instalados», e por fim «A relação entre o espaço ocupado e a sociedade rural nele estabelecida e o mundo exterior ou sociedade englobante» (pp. 55 e 56). A investigação desenrola-se desde a análise dos dados fornecidos pela Geografia física (o relevo, a rede hidrográfica, o clima, os solos), pelo Direito (a presúria, a concessão, a repartição), pela Demografia (a população, o povoamento), etc., às relações entre a cidade e o campo (que vão desde a troca de mercadorias, homens e bens até à construção de um esquema de dependências), passando pelas formas de exploração do espaço ocupado (características do espaço e do trabalho, unidades de produção — pequenas e grandes propriedades —, e a produção) e a ordenação e constituição do poder nesse mesmo espaço explorado (considerando neste tema três partes: 1 — «Titularidade e formas adoptadas pelo exercício do poder de disposição sobre o espaço explorado», p. 108. 2 — «A cristalização em diversos âmbitos de relação social dos fluxos gerados pelo exercício do poder de disposição sobre o espaço ocupado», p. 125. 3 — «A hierarquização social no mundo rural», p. 139).

Reagrupados os inúmeros pontos em que se subdivide o esquema desta vasta análise obtemos, como resultado final, além de uma sugestiva síntese da história rural da Espanha cristã medieval, um conjunto de instrumentos devidamente caraterizados e delimitados no seu raio de acção, que constituem, à partida, um útil método de abordagem da realidade histórica em questão. A validade deste método, melhor diremos deste modelo, reside exactamente na flexibilidade das suas fronteiras e na adaptabilidade dos seus instrumentos. Neste contexto, torna-se óbvio ao historiador a necessidade de prestar uma atenção muito particular às singularidades de cada caso: «De nada serve deduzir, dos dados físicos, que o solo do nosso campo de observações é absolutamente impróprio para o cultivo do trigo ou da vinha, se os testemunhos insistirem na sua presença;...» (pp. 65 e 66).

Termina Cortazar propondo ao leitor/investigador um conjunto de quatro breves reflexões sobre os requisitos necessários à tarefa do historiador nesta área da investigação e que representam, de algum modo, o corolário do seu «itinerário metodológico» (p. 171) desenvolvido ao longo dos capítulos anteriores.

A edição portuguesa dos trabalhos acima referidos constitui, sem dúvida alguma, um acontecimento de relevo não só para todos aqueles que no nosso país se dedicam à História Rural, mas também para um público mais vasto com interesses nesta área do conhecimento. Deste modo, passam, uns e outros, a dispor de uma muito clara e sugestiva orientação metodológica. Mas não só! Este livro constitui, também, um sério aviso para todos aqueles que erradamente continuam a fazer uma história onde os homens quase não existem: «..., o risco de perder de vista o homem em sociedade que, na sua obstinada procura dos números, não souberam com frequência evitar aqueles que os têm habitualmente ao alcance das suas fontes é, sem dúvida, uma recomendação para voltar a incluir na nossa investigação, ao lado de desejáveis e seguras quantificações, todo o complexo mundo das qualidades, normalmente muito mais definidor em especial no nosso peculiar âmbito e espaço da Idade Média peninsular, desse viver do homem em sociedade, cujo conhecimento constitui o objectivo último da História» (p. 173).

Por fim, esperamos que a leitura deste livro venha despertar o interesse, no nosso país, por estes temas tão arredados dos quadros da investigação tradicional (apesar de assistirmos a uma crescente preocupação pelo seu estudo) e ainda o gosto (e necessidade), pouco cultivado entre nós, de conhecer a produção historiográfica dos nossos vizinhos.

Luís Carlos Amaral

Nota: — Sobre a actual historiografia medieval espanhola, e no caso particular da obra de Garcia de Cartázar ,veja-se o artigo do Prof. José Mattoso «Perspectivas actuais

da historiografia medieval espanhola — Reflexões sobre a obra de J. A. Garcia de Cortázar» (publicado na revista Bracara Augusta, tomo XXXII, fascs. 73-74, Jan.-Dez. de 1978). Este utilíssimo trabalho permite formular uma ideia muito mais ampla e crítica da obra deste investigador e da sua inserção na historiografia espanhola, que a presente recensão de modo algum tinha pretensões a dar.